

MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: ANÁLISE DOS RELATOS DE PARLAMENTARES FAVORÁVEIS AO PROJETO

ESCOLA SEM PARTIDO (NON-PARTISAN SCHOOL) MOVEMENT: ANALYSIS OF STATEMENTS FROM PARLIAMENTARIANS IN SUPPORT OF THE BILL

Arthur Marcell Campos Arruda¹

<https://orcid.org/0000-0003-1461-9974>

Thelma Maria Grisi Velôso²

<https://orcid.org/0000-0003-0447-7490>

Resumo:

O Movimento Escola sem Partido (EsP) foi criado em 2004 com o objetivo de tipificar e repreender uma suposta doutrinação ideológica nas escolas. Neste artigo visa-se analisar as estratégias retóricas e argumentativas empregadas pelos parlamentares, favoráveis ao projeto EsP, em defesa dessa proposição. Trata-se de uma investigação qualitativa, em que se recorreu à pesquisa documental. Analisaram-se três vídeos das reuniões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de Lei nº 7180/2014. O material coletado foi submetido à análise de discurso de acordo com a proposta da Psicologia Social Discursiva. Nas descrições, os deputados recorreram a uma série de estratégias discursivas para legitimar suas falas. Argumentaram que há uma doutrinação esquerdista nas escolas; defenderam um ensino neutro e conteudista; e criticaram a educação sexual, afirmando que promove uma ideologia de gênero. Usam ainda o discurso religioso e jurídico para legitimar o projeto e posicionam os opositores como uma minoria ruidosa, atea e mentirosa. Conclui-se que o movimento EsP, por meio de uma narrativa anticomunista, antigênero e de sua forte articulação com a bancada parlamentar conservadora, fomenta discursos contrários à liberdade de expressão no ambiente escolar, amplamente assegurada pela Constituição Federal (CF).

Palavras-chave: Movimento Escola sem Partido. Psicologia Social Discursiva. Análise de discurso.

Abstract:

The Escola sem Partido (non-partisan school) Movement was established in 2004 with the aim of defining and curbing alleged ideological indoctrination in schools. This article aims to analyze the

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba (PPGPS/UEPB), Campina Grande/Paraíba, Brasil.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba (PPGPS/UEPB), Campina Grande/Paraíba, Brasil.

rhetorical and argumentative strategies employed by parliamentarians in favor of the Escola sem Partido (non-partisan school) project in defending this proposal. The study adopts a qualitative approach through documentary research. Three videos of the Special Committee meetings aimed at proposing an opinion on Bill No. 7180/2014 were analyzed. The collected material was subjected to discourse analysis based on the framework of Discursive Social Psychology. In their descriptions, the deputies employed various discursive strategies to legitimize their statements. They argued that leftist indoctrination is present in schools, advocated for neutral and content-focused teaching, and criticized sexual education, claiming it promotes gender ideology. Additionally, they utilized religious and legal discourse to justify the project and framed opponents as a noisy, atheistic, and dishonest minority. The study concludes that the Escola sem Partido (non-partisan school) movement, through an anti-communist and anti-gender narrative and its strong alignment with the conservative fosters discourses that oppose freedom of expression in the school environment, which is broadly guaranteed by the Federal Constitution (CF).

Keywords: Escola sem Partido (non-partisan school) Movement. Discursive Social Psychology. Discourse analysis.

INTRODUÇÃO

No Brasil, assistiu-se, nos últimos anos, a um claro desmonte das políticas vinculadas à Educação com os cortes orçamentários, a perseguição aos professores acusados de disseminar o ‘marxismo cultural’ e o esvaziamento das discussões sobre gênero e orientação sexual, além de um crescente aumento de discursos e práticas conservadoras que denunciaram uma suposta doutrinação ideológica, responsável por estimular uma sexualização precoce e, até, de realizar propaganda incentivando a homossexualidade. Para Rossi e Pátaro (2020), muitas dessas mudanças e controvérsias nas políticas educacionais podem ser atribuídas à influência crescente do movimento Escola sem Partido (EsP).

Esse movimento foi criado em 2004, pelo então Procurador do estado de São Paulo, Miguel Francisco Urbano Nagib. Em 2014, ganhou visibilidade, corroborando, assim, o início de uma ofensiva para convocar parlamentares a ingressarem com projetos de lei. Concomitantemente, o movimento começou a ter adesão em âmbito nacional e já conta com aprovações. No âmbito federal, foi materializado com a proposição do PL 7.180/14, ou projeto Escola sem Partido, apresentado pelo deputado Erivelton Santana (PSC-BA).

Em seu site oficial, afirma-se que foi criado “para dar visibilidade a um problema gravíssimo, que atinge a maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários”. Além disso, autointitula-se como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis” (Escola sem Partido, 2023, local).

Um dos argumentos centrais desse movimento remete, especificamente, ao tema educação sexual. O site conta com um artigo, assinado por Miguel Nagib, intitulado “Quem disse que educação sexual é conteúdo obrigatório?”, no qual o procurador apresenta dois objetivos centrais: o de “desmentir a crença generalizada de que a educação sexual é um componente obrigatório do curriculum escolar” e o de auxiliar os “pais para que eles exerçam, efetivamente – recorrendo à Justiça, se necessário – o direito que lhes é assegurado pela Convenção Americana de Direitos

Humanos, a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (Nagib, 2013, local).

Para Silveira (2019), embora o movimento EsP se posicione como um defensor da neutralidade ideológica nas escolas, argumentando que o ato de educar deve ser desprovido de qualquer influência ideológica, política e partidária, ele é marcado por uma contradição inerente quando se observa sua articulação com algumas bases parlamentares, materializadas em algumas propostas de projetos de lei, e a concepção de educação que defende. Nessa perspectiva, ao ser promovido e apoiado por determinados grupos parlamentares, se associa a uma agenda política específica, direitista, conservadora e reacionária.

Neste artigo foi feito um recorte de uma pesquisa documental mais ampla que objetivou analisar as estratégias retóricas e argumentativas empregadas por parlamentares em defesa do projeto de Lei nº 7180/14, nas três últimas reuniões da Comissão Especial da Câmara dos deputados, ocorridas nos dias 04, 05 e 11 de dezembro de 2018. Tal projeto de lei pretendia modificar o art. 3º da Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), ao inserir novos dispositivos que regulamentassem a conduta dos professores, visando assegurar a neutralidade política, ideológica e religiosa no ambiente escolar.

As estratégias retóricas e argumentativas foram amplamente estudadas pela Psicologia Social Discursiva, abordagem teórica e metodológica que orientou a pesquisa realizada. Essa perspectiva, juntamente com outras metodologias discursivas, fundamenta-se em uma orientação social construcionista que defende que a linguagem, ao invés de ser uma “representação precisa” dos pensamentos das pessoas, constrói a realidade social (Locke; Budds, 2020). A linguagem não apenas descreve a realidade, mas é o meio pelo qual se atribui sentido ao mundo (O’Reilly *et al.*, 2020). Interessa à Psicologia Social Discursiva investigar como as descrições são utilizadas no cotidiano e não em buscar descrições verdadeiras ou precisas de fenômenos psicológicos internos. O discurso enquanto prática social passa a ser o foco central da investigação (Potter; Hepburn, 2019).

A Psicologia Social Discursiva procura explicar como se constroem descrições factuais. Propõe-se a analisar como se constrói a factualidade no discurso para que sejam desempenhadas determinadas ações. As ações realizadas através dos discursos dos sujeitos, em determinados contextos discursivos e para atingir alguns objetivos práticos, constroem versões particulares do mundo (Potter, 1998). Para atender aos seus interesses e legitimar a sua argumentação, o sujeito utiliza-se de estratégias retóricas e argumentativas. Dessa maneira, ao descrever, explicar e classificar, os agentes discursivos estão produzindo sentidos para si mesmos e o mundo social em que vivem.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e recorreu-se à pesquisa documental. Nesse tipo de estudo utiliza-se os documentos como base central para a investigação (Fontana, 2018). Para o referido autor, documentos são todos os tipos de textos, imagens, sons, sinais, entre outros, contidos em algum suporte material. A pesquisa foi realizada na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, utilizando os seguintes descritores: Escola sem Partido, Educação Sexual nas escolas

e Gênero nas escolas, abrangendo o período de 2014 a 2022. Para tanto, foram selecionados três vídeos encontrados com o descritor Escola sem Partido, os únicos das sessões destinadas à discussão e à votação do parecer do relator. Todos os três são intitulados “Discussão e votação do parecer do relatório da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana, que altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (inclui, entre os princípios do ensino, o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa)”. Os vídeos foram produzidos nos dias 04, 05 e 11 de dezembro de 2018 e, embora sejam de domínio público, os nomes de todos/as os/as parlamentares envolvidos/as, favoráveis ou não ao projeto EsP, foram substituídos por pseudônimos nos textos escritos.

O material foi analisado sob a orientação da técnica de análise de discurso proposta pela Psicologia Social Discursiva (Billig, 1991; Huma *et al.*, 2020; Potter, 1998; Potter; Wetherell, 1987). Essa perspectiva analítica compreende que o termo ‘discurso’ envolve todas as formas de interação por meio da fala e todos os tipos de textos escritos. Já o uso do termo ‘análise de discurso’ designa as análises dessas manifestações discursivas – consideram-se tanto as produções orais e as escritas quanto as imagéticas e os discursos sociais construídos historicamente (Potter, 1998). O material foi categorizado de acordo com os objetivos da pesquisa. A análise esteve atenta aos detalhes do discurso, às estratégias linguísticas utilizadas, às contradições, à sua organização e suas funções (Potter; Wetherell, 1987).

RESULTADOS

Os parlamentares empregaram uma série de estratégias argumentativas para defender a proposta. Afirmaram, por exemplo, que o sistema educacional brasileiro promove uma doutrinação política e ideológica, como se observa nas falas seguintes:

O Democratas orienta para que o professor possa falar de tudo; não só de Marx, mas também de Hayek; não só de Marighella, mas principalmente de Roberto Campos [...] é evidente que nós somos contra essa tendência de discutir só um lado, [...] e queremos discutir tudo: a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, o fascismo, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria [...] inclusive a Pré-História [...] sem partidização e sem partido. (**Augusto, DEM-BA: Reunião do dia 04 de dezembro de 2018**).

Sr. Presidente, aqui nós estamos observando que realmente nós temos uma minoria ruidosa que quer porque quer obstruir toda essa pauta que a Nação brasileira deseja que avance. Nós sabemos que os lares, essa maioria silenciosa, educada, infelizmente, têm que ver essa minoria ruidosa que sabe muito bem [...] difundir suas ideias. Mas nós somos as famílias de bem do Brasil (enfático). Há milhares de anos vimos trazendo esse pensamento, que não pode ser agora mudado por uma minoria ruidosa que quer fazer essa situação. Sou professor estadual, já fui, e sei o quanto nossos filhos têm que ser educados quanto a essa questão de ideologia. Eles não têm que ser educados para isso no primeiro grau, no ensino básico ou ensino fundamental, mas no terceiro grau. Agora, querer mudar essa equação, querer fazer prevalecer essa minoria ruidosa, que quer

colocar Marx e Engels nas escolas para as crianças, eu acho o absurdo dos absurdos. **(Wilson, PSC-PR: Reunião do dia 04 de dezembro de 2018).**

Sou um Deputado do Rio de Janeiro e recebi muitas pessoas no gabinete reclamando justamente da doutrinação que estava sendo feita dentro dos colégios, das universidades, dos colégios técnicos. Inclusive alguns colégios fizeram até saia para os meninos usarem, saia para os meninos usarem (enfático). O colégio foi feito para ensinar Português, História, Geografia. Eu sou do tempo em que entrávamos no colégio e cantávamos o Hino Nacional. [...] respeitávamos o professor. Nós estamos confundindo desejos com direitos. Essa é a realidade [...] Chega de doutrinação (enfático). Chega de tanto infortúnio (enfático). Chega de tanta coisa errada que verdadeiramente nós vimos no Governo passado. O Brasil já deu um basta nas urnas. Nós vamos dar um basta agora também [...] nós precisamos voltar a aprender, e não para ficar doutrinando pessoa para marxismo, para ideologia de gênero ou outra coisa semelhante. Nós precisamos respeitar o Brasil. **(Luís, PODE-RJ: Reunião do dia 05 de dezembro de 2018).**

O relato do deputado Augusto (DEM-BA) defende o projeto EsP alegando que o seu partido apoia a ideia de que os professores possam falar de tudo. Sua construção argumentativa sugere que, nas escolas, existe uma tendência a ensinarem os fatos históricos do ponto de vista esquerdista, ou seja, sob o ponto de vista de Marx e Marighella, mas não, do de Hayek e Roberto Campos – reforçando que haveria nas escolas uma contaminação ideológica e partidária. Ele defende a neutralidade e constrói uma imagem de que o projeto EsP tem um caráter apartidário. Entretanto, ao afirmar “principalmente de Roberto Campos”, indica que as obras desse economista deveriam ser enfatizadas em detrimento de outros autores. Percebe-se, portanto, uma evidente contradição na argumentação do deputado. Billig (1991) destaca que as contradições são inerentes à linguagem, os discursos oscilam entre posições antagônicas, adaptando-se às demandas do contexto argumentativo. Sob essa ótica, ao caracterizar certos discursos como ideológicos e apresentar o seu como neutro, o parlamentar busca, estrategicamente, deslegitimar conhecimentos específicos, ao mesmo tempo que eleva outros a uma condição de apartidários.

Já na fala do deputado Wilson (PSC-PR), é possível identificar o uso estratégico de recursos discursivos utilizados para contrastar os defensores e os opositores do projeto EsP. Potter (1998), inspirado nos estudos de Anita Pomerantz, analista da conversação que realizou várias pesquisas centradas na construção de sentidos em contextos cotidianos e institucionais, defende que, quando uma pessoa procura justificar, desacreditar ou contradizer uma afirmação, formula “casos extremos”. Para ele, essa tática é eficaz para fazer com que algo se pareça extremo ou mínimo e para construir algo como bem ou mal. Nota-se que, além de opor “minorias” e “maiorias” para afirmar que os defensores do projeto EsP estão em maior número, o parlamentar acresce, em sua construção argumentativa, o adjetivo “ruidosa” e posiciona os opositores em uma dimensão relevante de julgamento: seus adversários são mal educados e desrespeitosos com a “maioria silenciosa” e “educada”, pois não só “quer” obstruir a vontade da nação brasileira, como também “quer porque quer” obstruir a pauta que seria desejo da nação brasileira. Ao nomear a dita maioria como “as famílias de bem do Brasil”, o congressista situa a “minorias ruidosa” como um mal para o país. Esta expressão – “minorias ruidosa” – aparece quatro vezes em um relato consideravelmente

curto. É importante observar que as repetições no discurso produzem um efeito de intensidade na mensagem que o orador deseja transmitir (Potter, 1998).

O deputado Luís (PODE-RJ), por sua vez, ressalta a existência de uma doutrinação dentro dos colégios e das universidades, alegando que chegou ao ponto de alguns colégios fazerem saias para meninos usarem. Constrói, portanto, a ideia de que existem escolas que estimulam os alunos a se desviarem do “sexo natural e biológico” – compreendido como um elemento responsável por definir o comportamento e o lugar social de homens e mulheres. Além disso, o deputado se apresenta como uma testemunha confiável de outro período da educação escolar brasileira: “Eu sou do tempo em que entrávamos no colégio e cantávamos o Hino Nacional”. Os relatos de testemunhas são um recurso retórico para construir fatos, pois podem se apresentar como sem interesse por algum resultado (Potter, 1998) e oferecem uma versão como verdadeira, uma vez que a descrição não foi dita por um mero espectador distante.

Os parlamentares frequentemente buscaram, em suas falas, deslegitimar os temas transversais, apresentando-os como ameaças aos valores tradicionais e à moralidade. Nessa direção, o deputado Hugo (PR-MG), a seguir, associa a esquerda ao ensino de pornografia nas escolas e, na mesma descrição, posiciona seus adversários como encolerizados, perseguidores e mentirosos.

Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares [...] A palavra desespero significa desânimo de uma pessoa que se sente incapaz. Desespero significa, também, cólera [...] a esquerda brasileira está encolerizada [...] em relação ao projeto de nome Escola sem Partido [...] está encolerizada pela reação da sociedade brasileira em relação ao absurdo que os seus filhos têm sofrido ali, porque, se o filho não faz de acordo com o que o professor fala em relação a Lenin, a Karl Marx e a outros, o aluno não presta e tira zero na prova. E essa mentira repetida, porque a esquerda adora mentir repetidamente, de que nós estamos querendo colocar mordaca, isso não existe; de que nós odiamos os professores, tentando nos colocar contra eles, isso é um absurdo. Meu filho é professor [...] e não odeio meu filho, não odeio os professores, convivo com eles; tampouco odeio os professores de esquerda, eu os respeito. Quem me conhece sabe muito bem que eu os respeito. Agora, mentir da maneira que estão mentindo é um absurdo, é um absurdo (enfático). Mentir sobre Lenin, mentir sobre Stalin, negar o que eles fizeram, mentir sobre essas pessoas é um absurdo (enfático) [...]. Há outro detalhe ainda. Ensina-se pornografia nas escolas, sim. É verdade [...] ensinam, sim (enfático), está filmado, está mostrado, está documentado (enfático), [...] ferindo também o art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA. Então, são mentirosos (enfático). **(Hugo, PR-MG: Reunião do dia 04 de dezembro de 2018).**

Nesse relato o parlamentar utiliza uma combinação de ênfase verbal, apelo à emoção e apresentação de supostas evidências concretas para construir sua narrativa como indiscutivelmente verdadeira, factual. Ao fazer um jogo semântico para acentuar o significado da palavra desespero, conclui que a esquerda brasileira está mais do que desesperada, está “encolerizada”, além disso, ao enfatizar termos como “absurdo” e acusar repetidamente a oposição de “mentirosa”, busca desqualificar ou posicionar qualquer visão contrária como falsa e imoral.

Ao acusar os professores de mentirem acerca de Lenin e Stalin, ele se vacina contra as conveniências (Potter, 1998), atestando que seu filho é professor e que não o odeia, assim como

não odeia os professores de esquerda, mas até “convive com eles” e os respeita. Nessa perspectiva, o parlamentar pretende afastar possíveis críticas ao projeto EsP, sobretudo, no que diz respeito à questão de que esse projeto contraria os interesses dos professores.

Nota-se, também, na última parte do relato, o que Jefferson (*apud* Potter, 1998) chama de lista de três elementos. Ao listar enfaticamente “está filmado, está mostrado, está documentado”, o parlamentar visa eliminar a possibilidade de contestação, apresentando suas declarações como fatos incontestáveis. Para Potter (1998), a oratória política frequentemente utiliza como estratégia argumentativa esse recurso para criar uma imagem convincente de sua defesa, pois ele serve para apresentar certos eventos e ações como comuns e normais. Nesse sentido, o relato do parlamentar atua para contestar a educação sexual nas escolas, ao afirmar que está provado que, ao tratar desse assunto, as instituições escolares ensinam pornografia.

Observou-se, também, que os parlamentares recorrem aos discursos religioso, científico e jurídico da seguinte maneira: o discurso religioso é utilizado para apelar para valores e normas morais, reforçando uma perspectiva conservadora e tradicional; o discurso científico é mobilizado para desqualificar os adversários do projeto EsP, acusando-os de aderirem a uma visão cientificista que desconsidera o aspecto emocional da pessoa humana; e o discurso jurídico para legitimar o projeto EsP, argumentando que ele está em conformidade com princípios legais, como observa-se a seguir:

[...] ao longo dos meses nesse debate da Comissão do Programa Escola sem Partido, ouvindo educadores, professores, alunos, pais, que relataram situações estarrecedoras dentro de sala de aula. É importante deixar muito claro que aqui não se quer ferir o direito da liberdade de cátedra, inclusive da liberdade de expressão do professor, mas, sim, os abusos [...] abusos são cometidos, e até mesmo os Deputados da Oposição, que tanto vociferam contra o Programa, sabem disso. Abusos acontecem na sala de aula, por exemplo, quando um professor vestido com uma camisa do PCO [Partido da Causa Operária] incita os alunos a participarem de uma passeata contra o Golpe ou quando um professor esquerdista diz: “Vou tirar esses alunos da amarra da religião, porque sou ateu” (ênfático). (Cleiton, DEM-AC: Reunião do dia 05 de dezembro de 2018).

Um pai, uma mãe se sentem lesada numa situação na escola com o seu filho, vai ao professor, o professor não está nem aí muitas vezes, e, se ela ainda leva para frente o caso, esse chega ao coordenador pedagógico ou ao diretor e não acontece nada [...] quero fazer uma crítica mais enfática: diz-se que estamos criando dedos-duros [...] se há alguma coisa que está colocando mordaca para doutrinador, é Constituição Federal, LDB e Plano Nacional de Educação. A LDB, no seu art. 12, diz assim: [o palestrante reproduz os incisos VII e VIII da LDB]. Ora, a LDB diz que o professor tem que ser dedo-duro quando vê um problema com aquele aluno, ele tem que dizer para o Ministério Público, para o Conselho Tutelar se aquele aluno está apresentando algum problema com relação a isso. Mas o pai, a mãe e o aluno, então, não podem denunciar aquele que está lesando os seus direitos? (Relator, PSC-SP: Reunião do dia 04 de dezembro de 2018).

Eu fico surpreso com a eloquência da esquerda, que quer a todo custo uma escola com partido e ainda pensa que democracia é aquilo que ela quer, e não o que 86%

das pessoas querem para o Brasil [...]. Mas nós percebemos que esse é um debate inócuo, e vou dizer por quê. É como a lágrima. Para eles, o professor é melhor do que um pai, do que uma mãe [...]. A lágrima para eles é H₂O mais NaCl [...] para nós, cristãos, a lágrima é fruto da emoção de um ser humano, de um ser como um pai ou uma mãe; é fruto do amor que eles conseguem passar aos filhos. Meu Deus, isso aí é quase um fascismo (enfático) É a mesma doutrina de Hitler e de outros que queriam implantar uma... Queriam dizer que o Estado é melhor do que a emoção, o carinho, o amor de uma mãe ou de um pai. Não dá para aceitar isso (enfático), carinho, o amor de uma mãe ou de um pai. Não dá para aceitar isso (enfático). Eu vou ficar, sim, senhor, com a maioria. Eu vou ficar com as famílias cristãs. O ser humano não é um objeto, não é uma coisa, não. O ser humano não é H₂O mais lipídio ou NaCl, não. O ser humano é um ser que tem amor [...] eles acham que o amor só ocorre na esfera carnal [...]. Eles falam tanto em animais, mas os animais ensinam isso também. Um crocodilo, que é violento para destruir qualquer carne que apareça, quando tem um filhotinho, coloca-o na boca, que já foi usada para destruir alguns animais, e o carrega com amor. É esse amor que eu quero passar aos companheiros [...]. Estamos em dimensões diferentes, porque nós queremos continuar com essa Pátria, que tem o amor sexual, o amor carnal, o amor eros, mas que tem também o amor fileo, o amor de um pai e de uma mãe, e, acima de tudo, Sr. Presidente é o amor de amar o ser humano, que, infelizmente, essas pessoas não têm, pois, para elas, nós somos apenas objetos duros. Eu lamento esse tipo de discussão em que querem dizer que o professor é melhor do que o pai (manifestação da plateia na Galeria). Não há nem como discutir. Nada contra o professor. Eu sou professor (enfático). Não me venham vocês, militantes de uma esquerda radical, dizer que o professor é retrógrado. Não, senhor (enfático). Eu sou professor estadual e sei o que é melhor para as crianças (enfático). (**Wilson, PSC-PR: Reunião do dia 11 de dezembro de 2018**).

O primeiro aspecto a ser observado em relação ao uso do discurso religioso é a escolha de algumas palavras que foram selecionadas pelo deputado Cleiton (DEM-AC), com o objetivo específico de construir uma imagem negativa dos professores “esquerdistas” e “ateus”. É posto que o professor esquerdista declarou de modo enérgico que era descrente – “porque sou ateu” – e, por esse motivo, tentaria retirar os alunos das amarras da religião. O uso do discurso direto é um tipo de estratégia retórica que possibilita apresentar um evento do ponto de vista de outra pessoa dando credibilidade àquilo que está sendo dito (Potter, 1998). Abre-se, assim, um leque de possibilidades inferenciais por parte dos ouvintes de que o professor esquerdista descrente é um doutrinador, desprovido de ética e de moral, só opera em prol dos seus interesses e é desvinculado dos valores religiosos. E, como não é um seguidor de princípios sacros e está em falta com Deus, o docente ateu estaria supostamente entregue às ações do Diabo, diligenciando contra os valores religiosos e morais dos alunos. O propósito comunicativo da descrição é de recomendar que existe um comportamento correto que deve ser seguido, a saber, o que não conteste determinadas crenças sagradas.

Na fala do deputado, também chama a atenção o uso do vocábulo “vociferam”. Vê-se que o uso do termo tem um objetivo específico na argumentação do congressista: o de posicionar os opositores do projeto como pessoas que não conseguem se expressar educadamente. Além disso, é conhecida a frase que “O diabo, quando acuado, vocifera”, portanto, os opositores do projeto estariam mais próximos do Diabo que de Deus.

Já o Relator utiliza-se da linguagem jurídica para defender a proposta, questionando a crítica de que o projeto cria “dedos-duros”, enfatizando que a LDB já prevê mecanismos de controle e denúncia e que os opositores estão distorcendo a intenção do projeto para atacar sua legitimidade. Ele emprega a impessoalidade para defender o projeto; esse tipo de recurso apresenta o fenômeno como agente, e, assim, os fatos impõem-se aos atores humanos, que passam a ter um papel secundário, na medida em que o enunciador recolhe a informação que o meio oferece (Potter, 1998). Em sua argumentação, o orador ressalta, mais de uma vez, que a LDB assegura ao professor a função de denunciar ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar alguma situação de determinado aluno que apresente um problema específico. A citação da referida Lei é feita para demonstrar que ela é parcial por não garantir aos pais, às mães e aos alunos o lugar de denúncia em relação aos professores doutrinadores. Sendo assim, o Relator transfere possíveis interesses e responsabilidades presentes em seu discurso para um dispositivo jurídico, ao afirmar que a referida Lei é contraditória por proteger os professores, mas não proteger os pais, as mães e os tutores. Através dessa estratégia, defende o projeto EsP como uma Lei de proteção aos direitos da família. Para isso, propõe que se coloque “mordaca” nos doutrinadores. Ao recorrer a esse termo, o parlamentar sugere que o projeto EsP busca silenciar os professores com um dispositivo legal.

Por sua vez, o deputado Wilson (PSC-PR), ao se reportar à argumentação de um parlamentar da oposição, diz que ficou impressionado com a eloquência da esquerda e, em seguida, defendeu o projeto EsP, utilizando-se do discurso científico e do discurso religioso. O deputado utiliza-se de uma estratégia, denominada por Potter (1998) e Potter, Wetherell e Chitty (1991) como retórica da quantificação. Ele utiliza os dados estatísticos para produzir a ideia de que a população brasileira é contrária aos ideais esquerdistas, portanto, também é defensora do projeto EsP quando afirma: “e não o que 86% das pessoas querem para o Brasil”. O número mencionado pelo deputado corresponde à soma dos votos brancos, nulos e abstenções mais a porcentagem de votos obtidos pelo ex-chefe do Executivo nas eleições presidenciais de 2018. Ao realizar essa soma, busca criar a impressão de que a grande maioria da população apoia o projeto. No entanto, essa soma não representa corretamente a opinião popular, tendo em vista que os votos brancos, nulos e abstenções indicam uma rejeição ou falta de opção, e não necessariamente apoio ao candidato supracitado ou ao projeto defendido pelo parlamentar.

Ele alega ainda que a esquerda valoriza mais os professores do que os pais na educação das crianças, e utiliza-se de apelos emocionais ao contrastar a visão científica das lágrimas, descritas como uma combinação de “H₂O mais lipídio e NaCl”, com a visão emocional que vê essas gotas como fruto do amor dos pais. Além disso, ele compara a oposição com o fascismo e com a doutrina de Hitler, argumentando que ambos priorizam o Estado em detrimento das emoções individuais. Dessa forma, afirma que o modelo escolar defendido pela esquerda visa “doutrinar” os alunos e usurpar o lugar da família. Em contrapartida, posiciona os adversários como uma minoria desprovida de valores cristãos, que veem os seres apenas como “objetos duros” e são incapazes de compreender a dimensão afetiva do ser humano. Assim, sugere que os defensores do projeto EsP sabem o que é melhor para as crianças e sua formação, enquanto os opositores, distantes do amor cristão, entenderiam o ser humano apenas por seus aspectos biológicos e mundanos.

DISCUSSÃO

Os relatos apresentados em defesa do projeto “Escola sem Partido” (EsP) frequentemente acusam o sistema educacional de promover uma “doutrinação esquerdista”, alegando que as correntes políticas de esquerda corrompem o ensino fundamental e médio. O termo “doutrinadores” é utilizado como recurso retórico por grupos conservadores nos campos político, religioso e midiático para sustentar a existência de uma suposta ameaça marxista e a chamada “ideologia de gênero” (Martins; Teixeira, 2019). Miguel e Oliveira (2020) destacam que o movimento EsP ganhou notoriedade com o crescimento do discurso anticomunista na mídia tradicional e nas redes sociais, impulsionado por figuras como Olavo de Carvalho e os membros da família Bolsonaro. A defesa do “americanismo” também é usada para reforçar o anticomunismo, promovendo valores como o individualismo e a defesa da iniciativa privada (Rodeghero, 2002).

Esse movimento promove uma visão de escola como espaço de manutenção de normas de gênero tradicionais, muitas vezes intimidando educadores que discutem as questões de diversidade (Costa; Vanin, 2021; Martins; Teixeira, 2019). Além disso, articula-se com políticos conservadores para ganhar visibilidade e influenciar a legislação, enquanto propaga o discurso de que a defesa da “liberdade da família” é uma proteção contra a doutrinação ideológica nas escolas (Mattos, 2018).

Desse modo, as análises feitas neste artigo evidenciam a inserção do EsP e da narrativa anticomunista no Legislativo. Os parlamentares contestam a educação sexual nas escolas, acusando-a de praticar uma suposta doutrinação para a ideologia de gênero, de ensinar pornografia e sexo às crianças, além de fazer “saia para os meninos usarem” e destruir a inocência dos alunos. Em uma revisão sistemática de literatura, Silva (2018) encontrou que a expressão ‘ideologia de gênero’ tem assumido, pelo menos, três significados: o machismo e a LGBTIfobia como ideologias de gênero, empregados para descrever uma visão discriminatória que sustenta a desigualdade de gênero e a rejeição de identidades e orientações sexuais diversas; a ideologia de gênero como um prelúdio do apocalipse moral (no campo religioso e no campo legislativo), utilizado em contextos religiosos e legislativos para alertar sobre uma suposta ameaça à moralidade; e ideologia de gênero como uma falácia, considerada uma construção que desqualifica discussões sobre identidade de gênero e orientação sexual e qualifica as pessoas apenas pelo sexo biológico, ignorando conceitos de identidade de gênero e orientação sexual. Reforça-se, assim, a submissão da mulher e marginaliza-se aqueles que não se enquadram na heteronormatividade.

O referido autor analisou os discursos de alguns líderes da Igreja Católica, constatando que eles descrevem o termo ‘ideologia de gênero’ como uma conspiração dos movimentos feministas, LGBTQIA+, marxistas, e organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (UE), para destruir a família. O autor sugere que esse discurso visa criar um Pânico Moral incitando a sociedade contra esses grupos. Já no campo legislativo, examinou a influência do movimento EsP e do discurso católico em Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Ele destaca que o fundador do EsP, Miguel Nagib, utiliza o termo ‘ideologia de gênero’ para fomentar um Pânico Jurídico, ameaçando professores com processos judiciais caso discutam temas transversais nas escolas, mesmo que recomendado pelo Ministério da Educação (MEC).

Nos relatos analisados neste artigo, esse Pânico Jurídico é revelado através da ideia de que o projeto EsP servirá para “amordaçar” os supostos doutrinadores, isto é, por meio de um substituto ao art. 3º da LDB, irá reduzir ao silêncio os professores que supostamente cometem abusos. Essa proposta de emenda é apontada como uma necessidade de indicar supostas fragilidades na Constituição Federal, na LDB e no Plano Nacional de Educação de não assegurarem aos pais, às mães, aos tutores e aos alunos proteção contra a violação de seus direitos no âmbito escolar, sobretudo, um suposto desrespeito às crenças religiosas dos estudantes. As descrições defendem ainda alterações na LDB, alegando falta de proteção aos direitos de liberdade de consciência e religião, conforme a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José). Além disso, posicionam a religião cristã como ameaçada por uma suposta doutrinação esquerdista e ateuista, criando um cenário de insegurança para famílias religiosas e apresentando o marxismo e o comunismo como ameaças iminentes.

Silva (2018) analisou também algumas obras que apontam que o debate a respeito do uso da expressão ‘ideologia de gênero’ é sempre movido por um discurso falacioso. Ele afirma que o termo foi criado por intelectuais católicos, com o objetivo de frear o avanço das pautas feministas e LGBTQIA+, considerando-o retrógrado por tentar impedir a consolidação de valores democráticos como igualdade, respeito à pluralidade e à diversidade. De acordo com Ramos (2022), os movimentos conservadores, com forte investimento da Igreja Católica, têm buscado interditar o debate sobre desnaturalização das hierarquias sexuais e de gênero desde os anos 2000. O objetivo é mobilizar a sociedade civil para defender a moral, os bons costumes e a família heterossexual e nuclear, utilizando o conceito de ideologia de gênero como uma ferramenta de combate. Além disso, esses setores associam questões de gênero a noções de perversão e pedofilia, reforçando estereótipos historicamente atribuídos às identidades LGBTQIA+ (Martins; Teixeira, 2019).

Para Borges e Borges (2018), os discursos conservadores são eficazes porque atingem aspectos cruciais da cultura brasileira. Esses discursos criam um “acontecimento social” ao mobilizar emocionalmente as pessoas, sem um prévio conhecimento dos temas abordados, promovendo o medo da destruição da família e de seus valores tradicionais. A concepção de família tradicional ou família de Deus é defendida no campo legislativo como legítima, buscando combater novos modelos familiares, como a homoparentalidade, que são vistos como ameaças ao discurso dominante. Desta maneira, a defesa da família tradicional é sustentada por um componente religioso que considera a homossexualidade como um pecado, baseado nas Escrituras Bíblicas, e logo é vista como uma desobediência aos mandamentos de Deus (Dias, 2017). De igual modo, pode-se inferir que combater a ideia de os meninos usarem saias não é apenas uma naturalização do sistema binário sexual (masculino e feminino), mas obedecer aos preceitos divinos.

Vê-se, então, que os relatos dos deputados que apoiam o projeto EsP defendem um modelo familiar específico, alegando que seus valores tradicionais estão ameaçados pelos ideais da esquerda. Em conformidade com isso, Dias (2017), ao analisar a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional, destaca duas dimensões na visão de família defendida: uma oposição às novas famílias e a tentativa de manter papéis tradicionais de gênero. Para legitimar essa visão, a estratégia utilizada pelos relatos analisados neste artigo foi desqualificar a visão política dos adversários. Os adeptos do projeto EsP posicionam os opositores como uma minoria

ruidosa, raivosa, perseguidora, mentirosa, doutrinadora, atea e contrária aos valores morais. Recorrem à estratégia da culpabilização, ao acusar os opositores, especialmente os professores esquerdistas, pelos problemas da sociedade brasileira, e isentam os próprios falantes de responsabilidade; desta forma, também, justificam ações de ameaça e perseguição contra professores e aqueles que se opõem à visão conservadora. Para Amorim e Salej (2016), embora esse grupo político se autodeclare não ideológico, é evidente o seu alinhamento discursivo com os partidos de direita. Segundo as autoras, ao se posicionar como não ideológico, o que o movimento EsP deseja é manter um projeto de sociedade conservador.

Outra questão importante a ser observada nas descrições analisadas diz respeito aos argumentos que expressam a defesa de uma neutralidade no âmbito escolar. Para Bittencourt (2017), é impossível dissociar a reflexão política da dimensão escolar, porque o processo pedagógico é um ato social. O autor afirma que o projeto EsP, ao pregar a neutralidade da educação como forma de combater uma suposta doutrinação político-partidária, fundamenta-se em uma visão tendenciosa, ao confundir partidarismo com política, com o claro objetivo de retirar da dimensão educacional a necessária análise dos fenômenos concretos da práxis política.

O discurso acerca da neutralidade é contraditório, posto que o projeto, ao se colocar contra as manifestações ideológicas na área da educação, torna-se, ao mesmo tempo, ideológico (Rossi; Pátaro, 2020). Os referidos autores defendem, portanto, que a estratégia discursiva do EsP visa mascarar os reais interesses em despolitizar a educação. Eles entendem que a ideia de neutralidade auxilia a adequar uma massa alienada ao tecnicismo e a defender as pautas reacionárias dos partidos do espectro da direita conservadora incompatíveis com os paradigmas modernos da laicidade política. Nessa perspectiva, Bittencourt (2017) afirma que a ideologia do movimento EsP pretende excluir, do âmbito educacional, as pautas comumente associadas ao espectro da esquerda progressista. Por meio de uma estigmatização da crítica política, o movimento permite que as ideias direitistas encontrem um espaço livre para sua transmissão. O autor ressalta que essa estratégia visa degradar as bases democráticas da sociedade brasileira para “favorecer a hegemonia dos grupos políticos caracteristicamente obscurantistas e adeptos do discurso truculento afiliado ao fascismo”, destacando ainda o risco de um possível “silenciamento da análise crítica em nome da pretensa harmonia pedagógica”, porque isso legitimaria a barbárie, uma vez que as vozes de dissenso seriam caladas, e o padrão de valores dominantes seria validado (Bittencourt, 2017, p. 123).

Além disso, ele afirma que o planejamento educacional estabelecido pelos ideólogos do movimento EsP, que fundamentam a base desse projeto, pressupõe uma distinção entre educação e instrução na qual caberia aos pais exercerem a primeira função, e, aos professores, a segunda. O autor trata essa distinção como um equívoco, por considerar que “educação é cultivar, formar, construir, de modo a realizar no sujeito sua capacidade de agir autonomamente como ator social em suas mais diversas segmentações” (Bittencourt, 2017, p. 126). Portanto, os pais não são os únicos responsáveis pela atividade educacional, mas também todos os profissionais que desenvolvem um trabalho pedagógico.

Esse autor defende que não existem saber nem ação desinteressados, pois a defesa incondicional da neutralidade axiológica pautada no movimento EsP se configuraria como uma tomada de decisão, ou seja, uma escolha particular mobilizada por interesses de determinado grupo

político. Para ele, exigir uma suposta imparcialidade só denotaria uma tendenciosidade reacionária que se utilizaria de uma desonestidade intelectual para insistir na defesa dessas pautas. Comungando dessas ideias, Gemelli (2020) acrescenta que, embora o movimento EsP se fundamente no discurso da neutralidade e do apartidarismo, ele foi acolhido pelo espectro dos partidos de direita e de extrema direita. A autora defende que ele tem interesses mais profundos e menos visíveis associados ao alastramento de uma “ideologia gerencialista” e à retomada de uma educação tecnicista. Não é à toa que o projeto EsP se pauta em defender a exclusão das disciplinas que estimulam o pensamento crítico (Artes, Filosofia, Sociologia) em favor das que têm como prioridade a formação tecnicista.

Cumprе lembrar que os relatos analisados neste artigo foram produzidos em um contexto político favorável aos defensores do projeto EsP, tendo em vista que as reuniões analisadas ocorreram depois que o ex-presidente Jair Bolsonaro, defensor da proposta, venceu a eleição presidencial ocorrida nos dias 07 e 28 de outubro de 2018. O grupo se sentia, então, fortalecido. O projeto foi arquivado no ano de 2018, mas com a possibilidade de ser retomado nas próximas legislaturas, o que não significa que as ideias por ele defendidas não estejam em pauta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos relatos dos parlamentares analisados no presente artigo, destacam-se preocupações com uma suposta influência esquerdista nas escolas. Os parlamentares contestaram a educação sexual nas escolas, utilizaram-se de algumas estratégias retóricas para sustentar que determinados conteúdos contrariam valores cristãos e jurídicos, e posicionaram-se favoráveis a uma educação neutra e alinhada aos valores e à família tradicionais. Nesses relatos, os opositores do projeto foram posicionados como promotores de uma agenda ideológica e contrários aos valores cristãos.

A vitória de Lula (PT-SP) na eleição de 2022 e a recriação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), extinta no início do governo Bolsonaro, sinalizaram um retorno à implementação de políticas públicas focadas na diversidade e na inclusão. No entanto, o governo petista enfrenta uma oposição significativa devido à composição ideológica do Congresso Nacional, que inclui parlamentares de um conservadorismo autoritário que desafiam a agenda progressista e promovem discursos, narrativas e ações antidemocráticas. Esse cenário demanda não apenas a reconstrução de políticas, mas também a reestruturação de um tecido social marcadamente polarizado e com segmentos civis radicalizados.

Embora o movimento EsP não tenha conseguido aprovar uma lei no âmbito federal, no dia 02 de fevereiro de 2023, essa história ganhou um novo capítulo com o requerimento do deputado Gustavo Gayer (PL-GO) para registrar a Frente Parlamentar em Defesa da Educação sem Doutrinação Ideológica (FPDEDI). A FPDEDI, com um número expressivo de apoiadores, se apresenta como um instrumento para garantir um ambiente educacional livre de preconceitos e doutrinação ideológica, promovendo a liberdade de expressão e os valores familiares. No dia 10 de fevereiro de 2025, esse deputado apresentou uma proposta legislativa direcionada ao Ministro da Educação, solicitando uma revisão rigorosa dos livros didáticos e materiais pedagógicos utilizados nas escolas. Ele argumentou que esses recursos abordam de maneira explícita temas

como gênero, sexualidade e questões políticas, além de privilegiarem, segundo ele, perspectivas ideológicas específicas que favorecem determinadas correntes políticas.

As ideias do EsP, apesar de terem sido consideradas inconstitucionais pelo Superior Tribunal Federal (STF), continuam a subsidiar iniciativas legislativas em âmbito estadual e municipal. Exemplo disso foi a Lei 14.177/25, promulgada em fevereiro de 2025, em Porto Alegre, que proíbe professores e servidores de abordarem temas políticos nas escolas. Cabe sinalizar que essa Lei foi revogada em outubro de 2025, pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). De modo semelhante, no Espírito Santo, foi sancionada, em julho de 2025, a Lei 12.479/25, que veda a participação de filhos ou dependentes de responsáveis que não autorizem a participação desses em atividades relacionadas à questão de gênero desenvolvidas na escola.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marina Alves; SALEJ, Ana Paula. O conservadorismo saiu do armário!: a luta contra a Ideologia de Gênero do Movimento Escola sem Partido. **Revista Ártemis: Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 32-42, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15668/1807-8214/artemis.v22n1p32-42>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BITTENCOURT, Renato Nunes. A impossível neutralidade discursiva na práxis educacional e a improbidade ideológica da Escola sem Partido. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 16, n. 191, p. 117-133, abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/36386>. Acesso em: 29 mar. 2025.

BILLIG, Michael. **Ideology and opinions: studies in rhetorical psychology**. London: Sage Publications, 1991.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. e230039, ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230039>. Acesso em: 31 mar. 2025.

COSTA, Ramayana e Silva; VANIN, Iole Macedo. “Ideologia de gênero”: ataques aos estudos de gênero pelo movimento Escola “sem” Partido. In: BRANDÃO, Alessandra Soares *et al.* (Org.). Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 12, 9-30 jul. 2021, Florianópolis. **Anais Eletrônico** [...], Florianópolis: UFSC, 2021. p. 1-12. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1611853302_ARQUIVO_8c103483f80bae3d860b2f8306521e7a.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

DIAS, Tainah Biela. **Sobre religião, estado laico e cidadania LGBT+**: a Frente Parlamentar Evangélica e a defesa da verdade sobre a família. 2017. 151f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.metodista.br/items/fdb416de-b610-45ec-bc2f-f25790f2de31>. Acesso em: 06 mai. 2026.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola sem Partido - Educação sem Doutrinação**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

FONTANA, Felipe. Técnicas de pesquisa. In: MAZUCATO, Thiago (Org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. p. 59-77.

GEMELLI, Catia Eli. A quem serve a “neutralidade”? Análise do movimento Escola sem Partido à luz da ideologia gerencialista. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v.18, n. 35, p. 288-309, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v18i35.40509>. Acesso em: 31 mar. 2025.

HUMA, Bogdana; ALEXANDER, Marc; STOKOE, Elizabeth; TILEAGA, Cristian. Introduction to special issue on Discursive Psychology. **Qualitative Research in Psychology**, London, v. 17, n. 3, p. 313-335, fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14780887.2020.1729910>. Acesso em: 31 mar. 2025.

LOCKE, Abigail; BUDDS, Kirsty. Applying Critical Discursive Psychology to health psychology research: a practical guide. **Health Psychology and Behavioral Medicine**, London, v. 8, n. 1, p. 234-247, nov. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21642850.2020.1792307>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MARTINS, Francine Netto; TEIXEIRA, Alessandra. O horror à igualdade: o discurso da “ideologia de gênero” no movimento Escola sem Partido. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 2, n. 11, p. 161-181, mai./out. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alessandra-Teixeira-7/publication/337828533_O_horror_a_igualdade_o_discurso_da_ideologia_de_genero_no_movimento_Escola_sem_Partido/links/60e4b516299bf1b0319bb0e1/O-horror-a-igualdade-o-discurso-da-ideologia-de-genero-no-movimento-Escola-sem-Partido.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

MATTOS, Pedro Danilo. **O Escola sem Partido e o direito à qualidade da educação**. 2018. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais), Escola de Filosofia Letras e Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/d3d7e543-3d35-4d92-8bbf-9e652abd8df2/full>. Acesso em: 07 mai. 2026.

MIGUEL, Luis Felipe; OLIVEIRA, Michel. Pânico moral e ódio à diferença: a estratégia discursiva do “Escola sem Partido”. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Pelotas, v. 6, n. 2, p. 261-278, mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v6i2.19100>. Acesso em: 31 mar. 2025.

NAGIB, Miguel. Quem disse que educação sexual é conteúdo obrigatório? **Escola sem Partido**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/quem-disse-que-educacao-sexual-e-conteudo-obrigatorio/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

O'REILLY, Michelle; KIYIMBA, Nikki; LESTER, Jessica Nina; EDWARDS, Derek. Establishing quality in Discursive Psychology: three domains to consider. **Qualitative Research in Psychology**, London, v. 18, n. 3, p. 406-425, ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14780887.2020.1810373>. Acesso em: 31 mar. 2025.

POTTER, Jonathan; WETHERELL, Margaret. **Discourse and Social Psychology: beyond attitudes and behaviour**. London: Sage publications, 1987.

POTTER, Jonathan; WETHERELL, Margaret; CHITTY, Andrew. Quantification rhetoric – cancer on television. **Discourse & Society**, London, v. 2, n. 3, p. 333-365, jul. 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0957926591002003005>. Acesso em: 31 mar. 2025.

POTTER, Jonathan. **La representación de la realidad: discurso, retórica y construcción social**. Barcelona: Paidós, 1998.

POTTER, Jonathan; HEPBURN, Alexa. Shaming interrogatives: admonishments, the Social Psychology of Emotion, and discursive practices of behaviour modification in family mealtimes. **The British Journal of Social Psychology**, London, v. 59, n. 2, p. 347-364, nov. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/bjso.12346>. Acesso em: 31 mar. 2025.

RAMOS, Denise dos Santos. **“Ideologia de gênero” no Projeto Escola sem Partido: o discurso antigênero como agenda da intervenção conservadora no sistema educacional brasileiro**. 2022. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais), Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2986>. Acesso em: 07 mai. 2026.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, dez. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200010>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ROSSI, Jean Pablo Guimarães; PÁTARO, Ricardo Fernandes. A “lei da mordação” na literatura científica: um estado da arte sobre o movimento Escola sem Partido. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. e221565, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698221565>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SILVA, Ivanderson Pereira da. Em busca de significados para a expressão “ideologia de gênero”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. e190810, set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698190810>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SILVEIRA, Zuleide Simas. Onda conservadora: o emergente Movimento Escola sem Partido. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Org.). **Escola sem Partido ou a escola da mordação e do partido único a serviço do capital**. Campinas: Navegando, 2019. p. 17-48.

Recebido em: 09 de dezembro de 2025

Aprovado em: 23 de abril de 2026